

ATA Nº 201/2017

Aos quatorze dias do mês de dezembro de dois mil e dezessete, às oito horas e trinta minutos, na sala de reunião da Secretaria Municipal de Assistência Social, na Rua Ernani Cotrin, 747, Centro, no município de Capivari de Baixo, reuniu-se Ordinariamente o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), sob a presidência do conselheiro Eliezer Marques Costa (PMSC), estando presentes os conselheiros: Vitor César Paris (Secretaria de Obras), Elizabeth de Medeiros Gomes (Pastoral da Criança), Pedro Paulo Cardoso Martins (SINTRESC), Daiani Antunes (Secretaria de Assistência-CRAS), Renata Oliveira de Souza Roque (Secretaria de Educação), Zélia Schneider (EPAGRI), Jurandir Patrício Motta (APAE), Mário Sérgio Rodrigues (Grupo Escoteiro Carijós), Manoel Torres Constantino (Secretaria de saúde). Ainda estiveram presentes: Alessandra Pascoali (Controle Interno), e as conselheiras tutelares: Karla F. Felix e Louizi Cristina Eich. Eliezer inicia a reunião cumprimentando os presentes, e segue com o primeiro item da pauta, Vitor trouxe os orçamentos das gráficas e das camisetas que Eraldo deixou na portaria, pois não pode vir devido estar no trabalho, sendo os materiais aqueles da campanha unificada da FECAM: 2 banners, 100 camisetas, 100 e 150 cartazes, 10.000 flyers, 50 perfurados de carro pequeno e 2.000 selos. Os orçamentos foram pegos no Sul Brasil, Cartel comunicação, Toldo, Indoor, Thahel Esportes e Maré Alta, sendo o valor mais barato com relação aos materiais, fora as camisetas, é o de R\$4.240,00 da Castel, já o menor valor referente às camisetas seria o da Maré alta: R\$1.352,00. Daiani diz que deve ser levada em conta a qualidade do material, não só o preço. Loizi concorda se é muito mais barato é bom verificar a questão da qualidade. Eliezer diz que as camisetas da Maré alta sairiam a R\$13,52 a unidade. Eliezer diz que Eraldo não está presente, porém imagina que ele tenha apresentado as artes ao pegar os orçamentos. Conselheiros aprovam a compra pelos menores valores orçados. Referente aos diagnósticos solicitados, nenhuma conselheira que participou da comissão para a reformulação do diagnóstico está presente. E reforça que foram reenviados novos formulários pela comissão, não sendo mais nenhum recebido pelo conselho. Manoel diz que o prazo que deram foi menor, menos de um mês e solicitando ainda mais informações, ficando em cima para dar o retorno. Karla concorda. Alessandra diz para utilizar esse diagnóstico para a formulação do plano de ação e aplicação, que será revisado início do ano que vem, e reforça para observar o plano de trabalho, se quiserem computador, tem que ser colocado o computador no plano. Alessandra questiona se já tem algum projeto das entidades para iniciar ano que vem. Eliezer diz que não, mas foram feitos novos editais para o ano que vem. Alessandra diz que tem que ser falado com o setor responsável por fazer os editais. Eliezer diz que a comissão de normas fez com base no edital anterior e atualizaram, que a questão agora é decidir sobre as datas. A comissão de normas sugeriu que o protocolo de projetos se realizasse entre as datas de 02 a 11 de maio de 2018, porém Eliezer diz que ficaria muito em cima para analisar e passar por todos os trâmites na prefeitura, além do mais se assim fosse teria que ser um projeto de seis meses. Eliezer sugere que o Edital seja lançado na primeira reunião de 2018, dia 22 de fevereiro. Karla questiona se o Edital pode ser modificado. Eliezer diz que sim, por isso estão revisando as datas. Eliezer diz que serão abertos dois editais, um chancelado e um para projetos com o recurso que já constam na conta do FIA. Eliezer diz que no artigo treze do edital chancelado foi limitado as entidades apresentarem no máximo três projetos por entidade, e diz que como é a entidade que vai atrás do patrocinador e do valor arrecadado ficará 20% no FIA, sugere não ter limitação de número de projetos, sendo que os projetos ainda deverão passar pela análise da comissão de normas e documentos. Conselheiros concordam. Louizi diz que o chancelado, há uma porcentagem do valor que fica retido no FIA, 20%, então quanto mais apresentarem e irem atrás de recurso melhor. Eliezer reforça para retirar essa limitação também do artigo 18. Karla sugere estreitar os projetos com o diagnóstico que está sendo realizado. Eliezer diz que é visível que existe muito problema no município com relação à drogadição, talvez se tiver um projeto que contemple os drogaditos ou a prevenção, mas que a comissão é que analisará os projetos que chegarão até o conselho. Eliezer questiona a questão dos prazos dos editais, e questiona o do chancelado. Mário diz que para o Edital chancelado não tem. Louizi diz que nem pode, pois vai que a entidade arrecada e não consegue utilizar. Sabrina relata que a entidade tem o prazo de dois anos, depois de aprovado pelo conselho, para arrecadar a verba para o projeto. Eliezer diz que o chancelado então fica aberto o ano inteiro, sendo protocolado algum projeto será analisado pela comissão e após em plenária. Com relação ao Edital para projetos com verbas já existentes no FIA, Eliezer sugere que o Edital seja lançado na primeira reunião do ano. Alessandra diz que como não tem nenhum projeto aprovado para o ano que vem já deveriam lançar. Eliezer diz que as datas sugeridas pela comissão ficaram muito longe: 02 a 04 de maio. Zélia sugere já publicar o Edital para que as entidades que possuem interesse em estar apresentando projeto ano que vem já analise o que precisará, possibilitando que no início do ano alguma entidade já possa apresentar um projeto. Eliezer

sugere que fique aberto o protocolo de projetos até março. Zélia diz que se alguém já tiver algum projeto, poderá até ser analisado na primeira reunião de fevereiro. Eliezer diz para ficar aberta a data para protocolos: 01 de fevereiro a 24 de março, pois assim dará tempo de a comissão se reunir e após ter a reunião ordinária, dia 29 de março. Com relação ao lançamento do edital colocar a data da reunião de hoje, quatorze de dezembro, entrando em vigor na data da publicação. Eliezer questiona Mário se já conseguiu realizar a atualização do registro da entidade junto ao conselho, Mário diz que está aguardando o alvará com o novo endereço. Com relação ao item 3.3 Eliezer questiona se mantém o número limite de cada entidade poder apresentar 2 projetos. Eliezer diz que o conselho deve parar com essa divisão, de querer repartir entre as entidades, se tiver um projeto bom que utilize toda a verba não tem porque escolher 3 de menor valor apenas para contemplar todas as entidades. Louizi diz que na última seleção a entidade APAE não apresentou nenhum projeto, CEACA apresentou e já realizou dois. Alessandra diz que deveriam selecionar projetos como o projeto do protetor ambiental, que foi fantástico. Eliezer diz que o problema desse projeto foi o modo de seleção do público alvo. O FIA contemplaria se fossem apenas crianças em vulnerabilidade, quem trouxe primeiramente esse projeto para o município foi a Camila Guimarães do Conselho do meio ambiente, e na reunião que esteve presente no parque ambiental, quando questionado sobre o critério de seleção das crianças, disse que era aplicada uma prova ou redação e eram escolhidos os melhores de cada escola, tendo escolas de Laguna que não conseguiram nem participar. Então foi a discussão que foi trazida ao conselho, que tornaria ainda mais desigual, os que mais necessitavam não seriam contemplados. Karla diz que após foi incluso no protetor ambiental crianças e adolescentes que cometeram atos infracionais leves. Louizi diz que quando se trata de verba pública o projeto deve ser voltado para jovens que estejam em vulnerabilidade. Alessandra explica que o projeto foi muito bom, crianças que ficavam o dia todo em frente ao computador saíram de casa e participaram. Louizi entende que seja importante, porém o público alvo deve ser as crianças e adolescentes que participam do CRAS, CREAS, Abrigo. Mário falou que o critério utilizado para saber se a criança se encontra em vulnerabilidade foi a solicitação da comprovação de que a criança possui CadÚnico. Alessandra diz para buscar projetos que tenham em dias de semana, em contraturno escolar. Mário diz que na última seleção foram feitos dois projetos, porém foi limitado pelo Edital a apresentar somente um, o outro seria o da horta comunitária. Louizi diz para arrumar onde limita no Edital, colocar uma cláusula. Eliezer diz que podem apresentar os projetos limitando-se ao valor que consta no FIA. Eliezer sugere analisar pela comissão assim que protocolado no Conselho. Eliezer reforça que o conselho deve perder a mentalidade de querer dividir a verba entre as entidades, se tiver uma entidade que tenha que ficar com R\$ 80.000,00 ficará, se o projeto for bom. Louizi diz que a APAE não apresentou projeto na última seleção, e nas reuniões desse ano raramente vieram representantes. Jurandir diz que hoje está presente. Louizi diz que não pode estar sobrando dinheiro no FIA com tantas crianças em situação de vulnerabilidade, essa verba deve ser utilizada. Eliezer diz para deixar livre a apresentação dos projetos, limitados somente às verbas que constam no FIA e a análise da Comissão de normas. Eliezer diz que a reunião começou um pouco atrasada, devido à comissão de fiscalização ter se prolongado na análise da última parcela da prestação de contas do grupo escoteiro. O controle interno participou, fazendo o seu papel reforçou que as notas fiscais devem estar anexadas. Eliezer diz que com relação a Rio Negrinho a parte de alimentação ficou junta com a alimentação do grupo escoteiro de Tubarão, devido à exigência que consta no edital que para sedarem a cozinha teria que ter no mínimo 50 pessoas, por isso o grupo de Capivari juntou-se com o de Tubarão, que comprou alimentação para todas as pessoas que foram e colocaram em uma despesa só, portanto o grupo escoteiro Carijós trouxe para comprovar a despesa: O edital do evento, uma declaração do grupo de Tubarão apresentando o valor gasto pelas 7 crianças do projeto, comprovante de transferência para o grupo de Tubarão. Mário acrescenta: E também o recibo, imagens, cardápio oferecido. Eliezer diz que há várias comprovações, porém faltou a nota fiscal que é exigência do Tribunal de Contas. Por ser a última reunião do ano, e essa prestação já ter passado pela comissão de fiscalização e voltado para o Grupo Escoteiro várias vezes para sanar as pendências, hoje teriam que decidir se aprovam ou não. Eliezer diz que Alessandra sugeriu que trouxesse todas as notas para comprovar os gastos de todos e depois dividindo chegar ao valor gasto pelos sete. Mário diz que entendeu que seria trazer as notas até o valor gasto pelos sete. Alessandra reforça que há documentações que são recibos e não notas. Eliezer diz que o parecer da comissão de fiscalização é a aprovação com ressalvas de o grupo devolver o R\$1.900,00 da questão da alimentação. Elizer diz que houve uma falha de comunicação, porém o grupo Tubarão tem as notas, Mário diz que pode solicitar que mandem. Eliezer reforça que se aprovado e o Tribunal não concordar, pode acarretar a devolução desse valor pelo conselho. Daiani diz que não concorda com a aprovação, e explica que está de suplente nessa reunião e não acompanhou as outras. Eliezer diz que enquanto conselho será

dividido esse valor entre os membros, não ficando um valor tão significativo. Alessandra diz que essa prestação de contas está complicada, tudo terá que ter uma justificativa escrita, terá que sentar com Mário para fazer. Alessandra diz para Mário identificar nas fotos trazidas as crianças que são do projeto. Mário circula. Eliezer diz que se dividir o valor de R\$1.900,00 pelos membros do conselho ficaria R\$109,00 para cada. Conselheiros se manifestam e decidem aprovar as contas do projeto Inlusão Social Escoteira por maioria dos votos, sendo contrários ao parecer da comissão no que se refere à devolução do valor da alimentação. Alessandra diz que pelo conselho ser autônomo as prestações de contas ficam no conselho, mas dentro de cinco anos podem ser fiscalizadas pelo Tribunal de Contas, ficando à disposição deles. Eliezer distribui o cronograma das reuniões ordinárias do ano que vem e solicita que seja divulgado. E nada mais havendo a tratar-se, foi encerrada a reunião as 10h. E, para constar, eu, Sabrina Medeiros da Silva, assistente administrativo do CMDCA, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, segue subscrita pelos membros presentes.